



RELATÓRIO

Evento: Missão Parlamentar a Estrasburgo para Acompanhamento do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia

Local: Parlamento Europeu, Estrasburgo, França

Data: 16 a 19 de junho de 2025

Resumo: Na qualidade de Presidente do Parlamento do Mercosul (PARLASUL) e da Comissão Temporária de Acompanhamento do Acordo Mercosul -União Europeia (CT-AMUE), liderei a Missão Parlamentar a Estrasburgo, composta por doze membros da Mesa Diretiva e da referida Comissão, entre os dias 16 e 19 de junho de 2025. A missão teve por objetivo fortalecer o diálogo político interparlamentar, acompanhar o estágio de tramitação do Acordo de Associação Birregional e consolidar a cooperação institucional entre os dois parlamentos.

A visita ocorreu em um momento estratégico: com a revisão técnica próxima da conclusão e a previsão de entrega do texto final às instituições europeias, a fase seguinte será predominantemente política, marcada pela apreciação parlamentar e assinatura formal. Durante a missão, realizamos reuniões com representantes de diversos grupos políticos do Parlamento Europeu, comissões temáticas e a Delegação para as Relações com o Mercosul (DMER), que resultaram em diagnósticos atualizados sobre o processo de aprovação do Acordo.

Objetivos da Missão

1. Acompanhar a tramitação do Acordo Mercosul-União Europeia no Parlamento Europeu;
2. Fortalecer os mecanismos de cooperação política entre o PARLASUL e o Parlamento Europeu;
3. Identificar convergências e dissensos entre os grupos políticos europeus sobre o Acordo;
4. Defender o papel da diplomacia parlamentar como instrumento de transparência, regulação e previsibilidade nas relações birregionais;
5. Consolidar a função do PARLASUL como instância legítima de acompanhamento e revisão do processo de integração inter-regional.

Participantes da Missão

Parlamentares:): Eu, Arlindo Chinaglia (Presidente); Rodrigo Gamarra (Vice-Presidente); Nicolás Viera Díaz (Vice-Presidente); Cecília Nicolini; Fabiana Martín; Franco Metaza; Lílian Puig; Nelson Trad; Carlos Alberto Rica; Derlis Maidana; Daniel Caggiani e Geraldo Sotelo.

Resultados e conclusões:

- As reuniões, realizadas com todos os principais grupos políticos do Parlamento Europeu, permitiram-nos identificar os focos tanto de resistência, quanto de apoio ao Acordo.
- O Acordo foi reconhecido como um instrumento estratégico para a cooperação birregional, mas ainda enfrenta resistências nos temas ambiental, agrícola e de direitos sociais.
- Discutimos alternativas procedimentais para facilitar a ratificação parcial ("split") e mecanismos institucionais de revisão e monitoramento.
- Reiterei a disposição do PARLASUL para implementar a Comissão Parlamentar Conjunta, conforme previsto no Acordo.
- Destacamos a centralidade da educação cívica, da participação da sociedade civil e da transparência para legitimar a implementação do tratado.





1. INTRODUÇÃO

1. A Mesa Diretiva —a seguir, “a MD”— e a Comissão Temporária de Acompanhamento do Acordo de Associação Bi regional Mercosul-União Europeia —a seguir, “a Comissão”— enviaram doze (12) dos seus parlamentares, membros ou delegados, à **Estrasburgo, França**, para participar de missão oficial do Parlamento do Mercosul (Parlasul), realizada entre 16 e 19 de junho
2. A participação conjunta da MD e da Comissão nesta missão respondeu a um convite feito, em 2024, pela Delegação para as Relações com o MERCOSUL do Parlamento Europeu (DMER), com o objetivo de **de dar continuidade às reuniões regulares entre os dois parlamentos regionais** e promover trocas mais frequentes de experiências e boas práticas, tanto no âmbito político quanto administrativo.
3. **É importante notar que uma missão semelhante foi realizada em Bruxelas, Bélgica, entre 5 e 8 de junho de 2023**, ocasião em que foram realizadas reuniões preparatórias para o relançamento do diálogo parlamentar birregional.
4. A Missão Parlamentar do Mercosul (doravante “a Missão”) foi chefiada por seu Presidente, Arlindo Chinaglia (Brasil), acompanhado pelos Vice-Presidentes Rodrigo Gamarra (Paraguai) e Nicolás Viera Díaz (Uruguai). Os demais membros da delegação são membros do Comitê de Monitoramento do Acordo Mercosul-União Europeia (CT-EUAM) ou membros delegados por suas delegações.
5. A decisão de realizar esta missão a Estrasburgo foi uma resposta ao momento estratégico que se vive atualmente no processo de negociação do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-União Europeia (doravante, “o Acordo”). Com a fase técnica quase concluída – atualmente focada na consolidação e tradução final do texto – espera-se o início de uma nova fase, eminentemente política, durante a qual o Acordo poderá ser formalmente assinado e, no caso do MERCOSUL, submetido aos Congressos nacionais para apreciação e eventual ratificação.
6. Diante desse cenário, foi essencial estabelecer-se um diálogo direto com representantes do Parlamento Europeu, para coletar percepções atualizadas, identificar pontos de convergência e aprofundar o diálogo interparlamentar sobre os desafios e oportunidades que este Acordo representa para ambas as regiões.
7. Durante a sua agenda, a Missão reuniu-se com deputados europeus de vários grupos políticos do Parlamento Europeu, com o objetivo de trocar opiniões sobre o estado do Acordo e recolher contribuições relevantes para o debate parlamentar em curso. Este relatório apresenta um resumo dos principais tópicos discutidos e das perspectivas recolhidas durante essas reuniões.
8. De modo geral, houve apoio significativo ao Acordo entre os interlocutores parlamentares. No entanto, algumas reservas específicas também foram expressas, particularmente em relação à proteção ambiental, à justiça comercial e à necessidade de fortalecer os mecanismos de implementação e monitoramento do Acordo.

2. RESUMO DAS REUNIÕES E TEMAS DISCUTIDOS

9. Este relatório oferece um resumo dos principais pontos discutidos durante as diversas reuniões e encontros realizados, com especial atenção às posições expressas pelas autoridades políticas entrevistadas pela Missão. Cabe ressaltar que este documento não constitui uma ata oficial nem um relato detalhado das atividades, mas sim um relatório analítico que captura os aspectos mais relevantes do intercâmbio.





2.1 Reunião com o Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Esteban González Pons

Local: Parlamento Europeu sala protocolar

Data: 17 de junho de 2025

Hora de início: 09:30 (Estrasburgo)

Horário de término: 10:30 (Estrasburgo)

10. A primeira atividade oficial da Missão foi uma reunião com o eurodeputado Esteban González PONS, vice-presidente do Parlamento Europeu desde julho de 2024 e membro destacado do Partido Popular Europeu (PPE). A reunião centrou-se no fortalecimento dos laços institucionais entre o Parlamento Europeu e o PARLASUL, com ênfase no papel da diplomacia parlamentar como canal estratégico para a reaproximação política birregional. Nesse contexto, também foi discutido o *status* do Acordo.
11. González PONS expressou uma visão positiva do status atual do processo, observando que a fase técnica está quase concluída e que a assinatura do acordo está prevista para antes do final de 2025. Ele também enfatizou que, dado o contexto político europeu, uma maneira eficaz de facilitar a aprovação institucional do tratado seria adotar uma estratégia de "divisão", separando os capítulos comerciais — que poderiam ser ratificados em nível europeu — dos capítulos de cooperação política, que estão sujeitos à aprovação dos parlamentos nacionais. Essa abordagem, já utilizada nos acordos entre a UE e o Chile e entre a UE e o Canadá, provou ser uma alternativa viável diante da resistência política em alguns Estados-Membros.
12. A delegação do Parlasul acolheu essa possibilidade, enfatizando a importância de se ter uma arquitetura de processamento clara e previsível que permita o progresso nos elementos substantivos do Acordo sem desconsiderar os processos democráticos internos de cada país. Também foram expressas preocupações quanto aos potenciais efeitos do Acordo sobre setores industriais sensíveis do Mercosul, reafirmando a necessidade de mecanismos de proteção, políticas de compensação produtiva e transições justas, especialmente para as economias mais expostas.
13. Por fim, ambas as partes concordaram sobre a importância de construir uma agenda de cooperação birregional baseada em valores democráticos compartilhados, segurança jurídica, abertura regulamentada e benefícios concretos para as sociedades de ambas as regiões.

2.2 Reunião com representantes dos grupos de Esquerda (GUE/NGL) e Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/EFA) no Parlamento Europeu

Local: Parlamento Europeu, sala 3, 6ª planta, Edifício Louise Weiss

Data: 17 junho de 2025

Hora de início: 14:00 (Estrasburgo)

Horário de término: 16:00 (Estrasburgo)

14. Seguiu-se uma reunião com representantes dos grupos da Esquerda (GUE/NGL) e dos Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/EFA) no Parlamento Europeu, que, juntos, contam com cerca de 89 deputados (36 no grupo da Esquerda e 53 nos Verdes/EFA).
15. A reunião contou com a presença dos eurodeputados Estrella GALÁN (Grupo de Esquerda, GUE/NGL), Ana MIRANDA e Vicent MARZÀ IBÁÑEZ (ambos do Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia, Verdes/EFA). Vale ressaltar que Vicent MARZÀ IBÁÑEZ é membro da Comissão de Comércio Internacional (INTA), órgão relevante para o monitoramento do Acordo.
16. Esses grupos, com forte presença de posições críticas e progressistas no Parlamento, apresentaram observações substantivas sobre o Acordo. Durante o diálogo, foram destacadas





preocupações estruturais quanto ao conteúdo e à estrutura regulatória do Acordo, seu impacto social e ambiental e os desafios que ele apresenta em termos de equidade, transparência e proteção de setores vulneráveis.

17. A reunião revelou uma ampla gama de preocupações quanto ao conteúdo do tratado, arquitetura regulatória, impacto social e ambiental e equidade.
18. Argumentou-se que acordos de livre comércio de escopo geral não são necessariamente a melhor maneira de conectar blocos e que, em muitos casos, reproduzem uma lógica de sacrifício de setores vulneráveis em troca de acesso preferencial a mercados externos. Em vez disso, propôs-se avançar com acordos de cooperação específicos, setoriais e estruturais, que possam beneficiar diretamente as populações envolvidas. Apesar de alguns avanços positivos, como mecanismos de solução de controvérsias, referências à soberania e compromissos ambientais, observou-se que os benefícios previstos pelo acordo beneficiam principalmente as grandes empresas, em detrimento das pequenas e médias empresas, dos trabalhadores rurais e das cadeias de valor locais.
19. Foram apontados precedentes negativos na experiência europeia, como o Acordo com a África do Sul, em que a liberalização de produtos agrícolas afetou severamente os setores locais, eliminando cláusulas de salvaguarda que poderiam ter mitigado o impacto. Consequências desse tipo, que se repetiram em outros acordos internacionais, foram apresentadas como argumento para a exigência de garantias e mecanismos de compensação mais robustos no tratado com o Mercosul. A ausência de um capítulo específico sobre investimentos e a necessidade de incorporar objetivos compartilhados nessa área, com uma perspectiva de desenvolvimento inclusiva, também foram destacadas.
20. A dimensão ambiental foi abordada como uma preocupação central. Embora se tenha reconhecido que o Acordo poderia fortalecer compromissos multilaterais como o Acordo de Paris e promover transições para energias limpas, também foram observadas contradições estruturais, como a produção de pesticidas na União Europeia que são exportados, mas não utilizados internamente, ou os incentivos ao agronegócio nos países do Mercosul. Foi enfatizada a importância de incluir cláusulas operacionais, verificáveis e executáveis que garantam o cumprimento dos compromissos ambientais por ambas as partes.
21. Do ponto de vista trabalhista e social, expressou-se forte preocupação com a precariedade do emprego e o enfraquecimento dos direitos sociais no contexto das recentes reformas nos países do Mercosul. Argumentou-se que o Acordo, em seu formato atual, não contribui para reverter essas tendências e pode até mesmo agravá-las. Argumentou-se que os empregos gerados pela intensificação do comércio devem ser criados nos próprios países, com critérios de sustentabilidade, inclusão e justiça social.
22. **No plano político, reconheceu-se que o debate no Parlamento Europeu é marcado por divisões internas não só entre grupos políticos, mas também entre delegações nacionais.** Embora atualmente haja uma maioria relativa a favor do Acordo, essa maioria é frágil e sujeita a flutuações. **Foi marcante a convergência de posições entre setores da extrema direita e da esquerda na rejeição ao Acordo, ainda que por razões ideológicas distintas. Foi destacado que o processo de negociação foi marcado por uma notável falta de transparência,** com pouca resposta da Comissão Europeia às questões formais levantadas pelos eurodeputados.
23. A delegação do Mercosul observou que nenhum acordo garante segurança absoluta, mas que este tratado poderia representar uma base mínima para previsibilidade e regulação em um ambiente internacional incerto e volátil. Argumentou-se que sua implementação dependerá das condições internas de cada Estado-membro, bem como de sua capacidade institucional para elaborar mecanismos compensatórios adequados. Considerou-se que, após mais de 25





anos de negociações, é irrealista propor uma reabertura completa do processo, sendo preferível avançar com uma implementação progressiva, acompanhada de reformas internas, cooperação técnica e revisão periódica.

24. Foi destacado o potencial de alavancar a influência regulatória europeia para aprimorar os padrões de produção, trabalho e meio ambiente no Mercosul. Também foi proposta a incorporação de mecanismos de revisão trienal, responsabilização, monitoramento de impactos sobre grupos vulneráveis e espaços institucionalizados para a participação da sociedade civil.
25. **A reunião confirmou que, embora existam diferenças políticas significativas, há amplo consenso sobre a necessidade de revisar, adaptar e democratizar o conteúdo e a implementação do Acordo.** A missão do Parlamento do Mercosul reafirmou seu compromisso de manter o diálogo institucional com todos os grupos do Parlamento Europeu e de continuar trabalhando em prol de um relacionamento birregional mais justo, transparente e equilibrado.

2.3 Reunião com a Comissão de Assuntos Exteriores (AFET) do Parlamento Europeu – Relator Permanente para o MERCOSUL, Francisco José Millán Mon (PPE)

Localização: Parlamento Europeu, Sala Weiss, N3.1, Edifício Louise Weiss
Data: 17 de junho de 2025

Hora de início: 16:00 (Estrasburgo)
Horário de término: 17:00 (Estrasburgo)

26. Em seguida, a Missão reuniu-se com o eurodeputado Francisco José MILLÁN MON, representante do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), que conta com 177 membros e é a maior força política no Parlamento Europeu. MILLÁN MON atua como Relator Permanente para o Mercosul na Comissão de Relações Exteriores (AFET), função que envolve o monitoramento contínuo das relações birregionais e a preparação de relatórios e recomendações sobre o Acordo.
27. A reunião proporcionou uma oportunidade direta para abordar o status atual do Acordo, bem como suas dimensões políticas, institucionais e estratégicas.
28. MILLÁN MON compartilhou impressões de sua recente visita à América do Sul, durante a qual manteve reuniões em Buenos Aires e Montevidéu. Observou diferenças substantivas na recepção política do Acordo entre os países do bloco: enquanto no Uruguai observou um ambiente favorável e amplo apoio institucional, na Argentina a situação foi mais tensa, especialmente durante sua participação em uma sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, presidida pelo Deputado Fernando IGLESIAS. Naquela ocasião, emergiram posições críticas em relação ao Acordo, revelando fraturas políticas internas e um nível de polarização não replicado em todos os países do Mercosul. Apesar disso, o parlamentar afirmou que o clima geral em torno do Acordo não é tão hostil quanto alguns setores sugerem.
29. Em relação ao *status* formal do Acordo, MILLÁN MON afirmou que o texto final com numeração consolidada, capítulos encerrados e artigos oficialmente identificados ainda não está disponível. Ele observou que o documento ainda está em fase de revisão técnica e tradução, o que gerou alguma incerteza quanto ao prazo de tramitação parlamentar. No entanto, expressou confiança de que o resultado final proporcionará um arcabouço institucional sólido, moderno e equilibrado para a relação birregional.





30. **MILLÁN MON também mencionou que tem informações não confirmadas indicando que a Comissão Europeia finalmente entregará o texto completo e revisado do Acordo — em sua versão final e em inglês — em 27 de junho.** Se confirmado, isso permitiria o progresso em direção à assinatura formal do instrumento e, posteriormente, o início do processo parlamentar.
31. Ele enfatizou que o componente político do Acordo será estruturado em torno de quatro grandes áreas temáticas:
- Democracia, direitos humanos, paz e relações internacionais**— com mecanismos de diálogo político e compromissos em torno de valores democráticos compartilhados.
 - Justiça, liberdade e segurança**— inclusive cooperação na luta contra o crime organizado, o tráfico de drogas, a migração e o cibercrime.
 - Desenvolvimento sustentável**— como tema transversal, com ênfase especial nas alterações climáticas, na biodiversidade e na promoção das energias renováveis.
 - Cooperação económica, social e cultural**— abrangendo educação, ciência, tecnologia, cultura e direitos trabalhistas.
32. Foi também destacada a estrutura institucional prevista no âmbito do Acordo, que incluirá:
- Cúpulas presidenciais sem** periodicidade obrigatória (embora seja esperada uma a cada dois anos);
 - Conselho Ministerial Conjunto** (a ser realizado a cada dois anos);
 - Comitê Conjunto de Altos Funcionários** (anual);
 - Comissão Parlamentar Conjunta Entre** o Parlamento Europeu e o Parlamento do Mercosul e
 - Mecanismos institucionalizados para a participação da sociedade civil**, com consultas periódicas e relatórios de acompanhamento.
33. O deputado europeu enfatizou o valor geopolítico do Acordo como instrumento estratégico para consolidar laços entre regiões com raízes históricas e culturais compartilhadas e valores democráticos. Em um contexto global marcado pela fragmentação da ordem internacional, tensões geoeconômicas e conflitos armados – como a guerra na Ucrânia ou as hostilidades entre Irã e Israel –, ele considerou essencial fortalecer alianças com parceiros estáveis e com ideias semelhantes, como os países do Mercosul.
34. Reconheceu, no entanto, que as negociações se arrastaram por muito tempo e que o atraso enfraqueceu parte do impulso político original. No entanto, argumentou que o atual contexto internacional pode representar uma janela de oportunidade única para concluir o processo e inaugurar uma nova fase de cooperação birregional.
35. O Parlasul enfatizou que, embora o tratado não seja uma panaceia, ele oferece uma base regulatória mínima para canalizar e estabilizar as relações inter-regionais. Argumentou-se que sua implementação dependerá da vontade política, da criação de mecanismos de cooperação técnica e da capacidade institucional de ambos os blocos para corrigir assimetrias e mitigar impactos sociais adversos. A Missão ressaltou a importância de preservar o diálogo político interparlamentar como meio de promover transparência, responsabilização e construção de consensos duradouros.
36. A reunião reafirmou o compromisso de ambas as partes em consolidar uma estrutura institucional ambiciosa, democrática e cooperativa que vá além do comércio e promova uma parceria estratégica abrangente entre a América do Sul e a Europa.





2.4 Reunião com o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D) do Parlamento Europeu

Localização: Parlamento Europeu, Sala N1.2, Edifício Louise Weiss

Data: 17 de junho de 2025

Hora de início: 17:45 (Estrasburgo)

Horário de término: 18:30 (Estrasburgo)

37. A reunião final do dia foi presidida por Leire PAJIN, eurodeputada, ex-ministra espanhola da Saúde, Política Social e Igualdade e atual coordenadora de relações birregionais no Grupo Aliança Progressista de Socialistas e Democratas (S&D), que tem 139 eurodeputados e é a segunda maior força política no Parlamento Europeu.
38. PAJÍN abriu a sessão destacando o caráter inovador e estratégico do Acordo, que, em sua opinião, transcende o comércio ao incorporar disposições sobre proteção ambiental, direitos trabalhistas, igualdade de gênero e fortalecimento do multilateralismo. Ela enfatizou que esses elementos refletem valores compartilhados entre ambas as regiões e fazem do tratado uma ferramenta fundamental para enfrentar os atuais desafios globais.
39. Outros deputados do S&D também participaram, como o eurodeputado Javi LÓPEZ, ex-copresidente da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat), que desempenhou um papel ativo no fortalecimento do diálogo birregional. A presença de parlamentares com experiência prévia em mecanismos de cooperação euro-latino-americanos reforçou o tom construtivo da reunião e permitiu uma análise política e institucional mais aprofundada do Acordo.
40. Em nome do Parlasul, enfatizou-se que, embora o tratado não seja uma panaceia, ele oferece uma base regulatória mínima para canalizar e estabilizar as relações inter-regionais. Argumentou-se que sua implementação dependerá da vontade política, da criação de mecanismos de cooperação técnica e da capacidade institucional de ambos os blocos para corrigir assimetrias e mitigar impactos sociais adversos. A delegação enfatizou a importância de preservar o diálogo político interparlamentar como forma de promover a transparência, a responsabilização e a construção de consensos duradouros.
41. A eurodeputada PAJÍN afirmou que o Acordo não só permitirá a criação de um dos espaços comerciais mais ambiciosos do mundo, como também contribuirá para aprofundar **as relações políticas e fortalecer os compromissos comuns com a democracia, a sustentabilidade e a justiça social**. Ele enfatizou a importância do diálogo interparlamentar para garantir que esses princípios sejam devidamente refletidos na implementação do tratado.
42. Em relação à situação política europeia, alertou para os **retrocessos em matéria ambiental e de direitos fundamentais promovidos pelos setores conservadores e de extrema-direita no Parlamento Europeu**, observando que iniciativas importantes, como a lei de proteção da biodiversidade e os relatórios sobre direitos ambientais, foram bloqueadas. Ele afirmou que esses retrocessos representam uma ameaça real ao consenso alcançado em legislaturas anteriores e reiterou que é justamente diante desses riscos que se torna essencial fortalecer **alianças progressistas e multilaterais**, especialmente com parceiros estratégicos como o Mercosul.
43. Ela também enfatizou a importância da coordenação de posições tendo em vista a próxima Conferência das Partes (COP), que será presidida pelo Brasil, ao afirmar que essa é uma oportunidade crucial para avançar com uma agenda climática ambiciosa e cooperativa. Nesse sentido, propôs que ambas as regiões trabalhem juntas para apresentar propostas comuns aos fóruns multilaterais, fortalecendo sua capacidade internacional de *advocacy*.





44. A eurodeputada PAJÍN anunciou também que o Grupo S&D organizará, em outubro de 2025, uma nova edição do *Dias Latino-Americanos*, em Bruxelas, com o objetivo de reposicionar a agenda latino-americana no debate político europeu. Ele convidou formalmente a delegação do Parlasul a participar do evento, observando que a iniciativa proporcionará um espaço adicional para consolidar um diálogo político estruturado entre as duas regiões.
45. Em nome do Parlasul, foi reiterado o compromisso com a defesa de valores democráticos e progressistas compartilhados, e o papel ativo do Grupo S&D na promoção do Acordo foi valorizado positivamente. A delegação insistiu que o tratado, embora não resolva todas as assimetrias, pode funcionar como um instrumento de cooperação e **plataforma mínima para regulação e previsibilidade**. Diante de um cenário internacional fragmentado, também foi destacada a necessidade de garantir mecanismos de cooperação técnica, revisão periódica e participação efetiva da sociedade civil.
46. O encontro reafirmou o compromisso político de ambas as partes com a consolidação de uma associação birregional mais **justa, democrático e sustentável**, e com a defesa do multilateralismo como pilar essencial de uma ordem internacional equitativa e inclusiva.

2.5 Reunião com o Comitê de Comércio Internacional (INTA) – Presidente: Bernd Lange (S&D)

Localização: Parlamento Europeu, Sala Weiss N1.1B, Edifício Louise Weiss

Data: 18 de junho de 2025

Hora de início: 14:30 (Estrasburgo)

Horário de término: 15:30 (Estrasburgo)

47. No dia seguinte, a Missão iniciou sua agenda de reuniões com o Presidente da Comissão INTA do Parlamento Europeu, Bernd LANGE, membro do Parlamento Europeu do S&D. A Comissão INTA é um órgão fundamental no processo do acordo, pois o texto precisa ser avaliado antes de seguir para aprovação parlamentar.
48. Durante a reunião, LANGE destacou a necessidade de revitalizar o vínculo estratégico entre a União Europeia e o Mercosul, especialmente em um contexto internacional cada vez mais marcado por fragmentação, instabilidade regulatória e competição geopolítica. Ele enfatizou que, embora o sistema multilateral baseado em regras – em particular a OMC – não tenha sido desmantelado, ele enfrenta uma profunda crise de funcionalidade. Nesse sentido, alertou para a proliferação de medidas unilaterais – como sanções injustificadas pelos Estados Unidos – e práticas comerciais agressivas da China, que colocam em risco os princípios de previsibilidade e justiça que devem reger o comércio internacional.
49. Em sua opinião, diante dessa "globalização da fragmentação", é essencial fortalecer as relações entre parceiros que compartilham valores democráticos e visões de longo prazo, como a União Europeia e o Mercosul. Ele enfatizou que o Acordo não apenas promoverá um comércio mais equilibrado, mas também o alinhamento em questões fundamentais como direitos trabalhistas, os compromissos climáticos do Acordo de Paris, padrões ambientais e o uso de energias renováveis.
50. O Acordo, segundo LANGE, representaria um sinal político claro de que ambos os blocos estão comprometidos com uma governança global baseada em regras, previsibilidade e cooperação. Ele destacou, em particular, o potencial de colaboração em áreas como produção agrícola sustentável — onde a América do Sul pode contribuir com experiência valiosa — e industrialização baseada em critérios de sustentabilidade, mencionando, especificamente, oportunidades com a Argentina.





51. Ele também abordou uma questão central para o debate: a necessidade de gerar confiança para estimular o investimento. Nesse sentido, o Acordo poderia servir como um instrumento fundamental para a estabilização regulatória, reduzindo a insegurança jurídica e estabelecendo mecanismos transparentes e vinculativos de resolução de disputas. Ele afirmou que, mesmo entre aliados, é essencial ter estruturas institucionais que garantam o cumprimento dos compromissos.
52. **Sobre a resistência política que o Acordo enfrenta dentro da própria Europa, especialmente entre certos setores agrícolas, LANGE foi enfático ao apontar que muitas das objeções se baseiam mais em percepções emocionais do que em dados concretos.** Como exemplo, ele citou a confusão gerada em alguns países — como a Polônia — entre as importações da Ucrânia e as do Mercosul, o que contribuiu para temores infundados. No entanto, ele expressou confiança de que um debate sério, apoiado por evidências, ajudará a dissipar essas dúvidas.
53. **Ele indicou que há uma maioria parlamentar a favor do Acordo, que pode chegar entre 400 e 500 votos no Parlamento Europeu.** Essa base política, embora ainda em consolidação, reflete o crescente entendimento de que o Acordo não é apenas viável, mas também estratégico para ambas as regiões. **Ele se mostrou otimista quanto à possibilidade de o Acordo entrar em vigor no início de 2026, ao ressaltar que sua efetiva implementação dependerá do funcionamento das instituições birregionais previstas no tratado.**
54. Para ilustrar o potencial de integração do Acordo, ele mencionou o caso de sua região natal, a Baixa Saxônia, na Alemanha, onde coexistem uma forte indústria automotiva – como a Volkswagen – é um setor agrícola dinâmico, ambos intimamente conectados às cadeias globais de valor. Essa experiência, segundo LANGE, demonstra que não há contradição estrutural entre o desenvolvimento industrial e a agricultura moderna no contexto do comércio regulamentado.
55. Por fim, anunciou que o Brasil será o país parceiro convidado da Feira Industrial de Hannover em 2026, o que representará não apenas o reconhecimento do peso econômico do país na relação birregional, mas também uma oportunidade simbólica para celebrar a eventual assinatura do Acordo Mercosul-UE. Ele enfatizou que eventos como esse representam espaços propícios para a consolidação de alianças estratégicas de longo prazo entre governos, setores produtivos e parlamentos.
56. A Missão avaliou positivamente a liderança política do Presidente LANGE e o compromisso contínuo do Grupo S&D com a conclusão do Acordo. Reiterou-se que, embora o tratado não resolva automaticamente as assimetrias existentes, pode constituir uma plataforma regulatória mínima para o desenvolvimento conjunto, baseada no respeito aos princípios democráticos, na cooperação técnica, na revisão periódica de cláusulas sensíveis e na participação efetiva da sociedade civil. Concordou-se que o diálogo político interparlamentar será essencial para monitorar o cumprimento dos compromissos assumidos, bem como para garantir a implementação equitativa e socialmente responsável do Acordo.

2.6 Reunião com a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI) – Presidente: Veronika Vrecionová (ECR)

Localização: Parlamento Europeu, Sala Weiss S4.3, Edifício Louise Weiss

Data: 18 de junho de 2025

Hora de início: 15:30 (Estrasburgo)

Horário de término: 16:30 (Estrasburgo)

57. A Missão teve então a oportunidade de se reunir com a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRI) do Parlamento Europeu, representada por sua presidente, a





CONGRESSO NACIONAL
GABINETE DEPUTADO
Deputado Arlindo Chinaglia PT/SP

eurodeputada checa Veronika VRECIONOVA, membro do Grupo Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), que conta com 68 eurodeputados.

58. Em seu discurso de abertura, VRECIONOVA deu as boas-vindas à missão, enfatizando o significado político da visita e o momento particularmente significativo de sua implementação, na véspera da eventual ratificação do Acordo.
59. **VRECIONOVÁ afirmou que tanto sua posição pessoal quanto a do governo tcheco são favoráveis ao Acordo, ao reconhecer o seu potencial estratégico para ambos os blocos.** No entanto, ela alertou que, como presidente de um comitê multipartidário, ela também deve refletir as preocupações e reservas expressas por outros membros do Parlamento Europeu, particularmente em relação ao impacto do tratado no setor agrícola.
60. **Em sua avaliação do contexto global, ele enfatizou que a atual situação geopolítica — caracterizada por uma crescente fragmentação da ordem multilateral, o papel decrescente dos Estados Unidos nos fóruns comerciais e o surgimento de novas tensões comerciais — pode oferecer uma oportunidade histórica para concluir mais de duas décadas de negociações.** Ela considerou que a Europa e a América Latina, unidas por laços culturais e históricos, deveriam aproveitar este momento para fortalecer uma aliança baseada em valores democráticos, cooperação estrutural e sustentabilidade.
61. VRECIONOVÁ concentrou grande parte de seus comentários nas preocupações expressas pelos agricultores europeus. Ela indicou que existe um receio generalizado entre os produtores do continente em relação à concorrência desigual com produtos originários do Mercosul, dada a percepção de que nem todos os países do bloco aplicam padrões de saúde, ambientais e trabalhistas tão rigorosos quanto os exigidos pela legislação europeia. Embora reconhecendo que o texto do Acordo incorpora mecanismos de salvaguarda e cláusulas de proteção, ela afirmou que as preocupações persistem e devem ser tratadas com transparência e diálogo.
62. Nesse sentido, anunciou que a Comissão de Agricultura está organizando uma missão parlamentar aos países do MERCOSUL — possivelmente incluindo uma visita ao Brasil — com o objetivo de examinar as condições de produção in loco e obter informações diretas sobre as normas aplicadas. Observou que tais intercâmbios são essenciais para a construção de confiança entre os atores econômicos e para a construção de um consenso político duradouro no Parlamento Europeu.
63. À luz destas observações, a missão sublinhou que os países do bloco dispõem de sistemas de Rastreabilidade **agrícola séria, consolidada e tecnologicamente avançada**, totalmente alinhados com os padrões internacionais. Ela rejeitou a ideia de que existe um déficit estrutural nesta área e afirmou que não **há razão para medos infundados sobre** as condições de produção na região. Ressaltou que, longe de ser um ponto fraco, a rastreabilidade constitui uma força técnica dos sistemas agrícolas do MERCOSUL, e manifestou total disposição para facilitar **o acesso à informação técnica, às visitas de campo e aos mecanismos de cooperação institucional** que contribuem para fortalecer a confiança mútua.
64. Ela também convidou a missão a fortalecer a comunicação institucional em relação aos compromissos assumidos nas áreas de sustentabilidade, rastreabilidade, saúde vegetal e bem-estar animal. **Na sua opinião, uma maior visibilidade e compreensão destes compromissos poderiam contribuir significativamente para acalmar os receios do setor agrícola europeu e facilitar uma avaliação mais objetiva do tratado.**
65. VRECIONOVA concluiu agradecendo as intervenções dos parlamentares da missão e comprometeu-se a transmitir os seus argumentos e reflexões a todos os membros da sua comissão. **Ela expressou sua convicção de que, com boa vontade, abertura técnica e diálogo interparlamentar honesto, é possível superar os desafios existentes e avançar**





em direção à obtenção de um acordo equilibrado, mutuamente benéfico e socialmente responsável.

2.7 Reunião Interparlamentar com a Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o MERCOSUL (DMER)

Localização: Parlamento Europeu, Sala Churchill 200, Edifício Winston Churchill

Data: 18 de junho de 2025

Hora de início: 16:30 (Estrasburgo)

Horário de término: 19:00 (Estrasburgo)

66. **Por fim, a agenda da Missão culminou com uma sessão interparlamentar com a Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com o MERCOSUL (DMER).** A reunião foi copresidida pelo deputado europeu Evelyn RAIN (S&D), chefe do DMER, e Arlindo CHINAGLIA, presidente do PARLASUL, e contou com a participação de uma delegação oficial do Parlamento do Mercosul — neste caso, a missão — juntamente com membros do DMER.
67. Durante a reunião, parlamentares do Mercosul, eurodeputados de diversos grupos políticos e representantes da Comissão Europeia trocaram opiniões sobre o status atual do Acordo. O debate refletiu tanto o apoio institucional ao processo quanto às tensões persistentes em torno dos potenciais impactos sociais, ambientais e econômicos do tratado, deixando claro que sua ratificação continua sendo um grande desafio político.
68. Além do próprio Acordo, a sessão permitiu abordar questões estruturais da agenda birregional como a **luta contra a pobreza e, em particular, contra a pobreza infantil**, tanto nos países do Mercosul quanto na União Europeia. Este foi identificado como um problema urgente que exige cooperação reforçada, políticas inclusivas e ações coordenadas com foco na equidade e nos direitos humanos.
69. A sessão foi avaliada positivamente por ambas as partes como uma instância essencial de diplomacia parlamentar, na qual o compromisso com o diálogo político foi reafirmado, ao mesmo tempo em que se reconheceu a importância de se caminhar para um consenso duradouro por meio do fortalecimento da confiança institucional e do intercâmbio franco entre os blocos.
70. Após a aprovação da agenda e dos discursos de boas-vindas de ambas as presidências, a agenda se concentrou em dois temas principais: primeiro, uma análise do vínculo comercial entre as duas regiões, com atenção especial ao processo de ratificação do Acordo; e segundo, um debate político sobre os desafios compartilhados na luta contra a pobreza, particularmente a pobreza infantil.
71. A dinâmica da sessão permitiu uma alternância equilibrada de intervenções entre deputados de diferentes filiações políticas, representantes técnicos da Comissão Europeia e parlamentares do Mercosul, fomentando um intercâmbio plural, crítico e construtivo.
72. **O representante da Comissão Europeia iniciou o intercâmbio destacando o caráter estratégico da relação birregional, ressaltando que o MERCOSUL representa a quinta maior economia de mercado fora da União Europeia, com a qual, apesar de uma intensa relação comercial, ainda não foi assinado um tratado abrangente. Ele argumentou que o Acordo consolida o acesso a um mercado de mais de 280 milhões de pessoas, no qual operam mais de 60.000 empresas europeias. Ele enfatizou que, diferentemente de outros tratados, este incorpora o Acordo de Paris como elemento essencial pela primeira vez, além de estabelecer compromissos sem precedentes contra o desmatamento.** Em relação à agricultura, ele afirmou que os produtos do MERCOSUL devem cumprir rigorosamente as normas europeias em relação à saúde, ao meio ambiente e ao bem-estar





CONGRESSO NACIONAL
GABINETE DEPUTADO
Deputado Arlindo Chinaglia PT/SP

animal, e explicou que setores sensíveis como a carne bovina receberam atenção especial durante as negociações. **Ele anunciou que a Comissão planeja submeter o texto final ao Conselho para assinatura antes de 1º de julho, abrindo caminho para a entrada em vigor no final de 2026 ou início de 2027, dependendo da ratificação parlamentar.**

73. Do Parlamento Europeu, foram expressas posições divergentes, refletindo a natureza polarizada do debate.
74. O eurodeputado Luke Ming FLANAGAN (GUE/NGL, Irlanda) criticou duramente o acordo, apontando que a chamada "convergência de padrões" poderia significar um relaxamento dos rigorosos requisitos europeus de bem-estar animal e sustentabilidade. Ele reclamou que os produtores irlandeses não conseguiriam competir com a carne importada do Mercosul, especialmente os cortes de alta qualidade, que, segundo suas estimativas, poderiam representar até 10% do valor do mercado europeu. Ele pediu números oficiais e maior transparência.
75. Em contrapartida, Hélder Sousa SILVA (PPE, Portugal), Presidente da Delegação UE-Brasil, defendeu o Acordo como um compromisso estratégico diante da crescente incerteza global, destacando que o comércio entre os dois blocos ultrapassa € 110 bilhões anuais e que a UE é hoje o segundo maior parceiro do MERCOSUL, à frente até mesmo dos Estados Unidos. Ele considerou que o Acordo fortalecerá a diversificação econômica, a integração produtiva e a redução das dependências externas, especialmente em relação à China.
76. Francisco MILLÁN MON (EPP, Espanha), relator permanente para o MERCOSUL na Comissão de Relações Exteriores (AFET), enfatizou a dimensão institucional e geopolítica do Acordo, afirmando que ele é um instrumento fundamental para consolidar a cooperação birregional e atuar conjuntamente em foros multilaterais, contribuindo para uma visão compartilhada de governança global.
77. Gabriel MATO (PPE, Espanha) concordou e caracterizou o Acordo como um compromisso com a compreensão em vez do isolamento e com o diálogo em vez do protecionismo. Ele afirmou que não se trata apenas de comércio, mas de uma ferramenta para fortalecer as democracias, promover a equidade e consolidar uma visão comum para o futuro.
78. Posições críticas também foram expressas com veemência. A eurodeputada Manon AUBRY (GUE/NGL, França) rejeitou o tratado em sua forma atual, acusando o presidente Macron de ceder à pressão política em troca de promessas vagas. Ela questionou os supostos anexos interpretativos por não serem vinculativos e denunciou o acordo por não oferecer garantias reais nem para os agricultores europeus nem para a Amazônia. Ela descreveu as negociações como uma imposição tecnocrática da Comissão aos parlamentos, esvaziando a supervisão democrática de seu significado.
79. Na mesma linha, Waldemar BUDA (EPP, Polónia) **denunciou a falta de transparência com os setores agrícolas europeus**, exigindo que os produtores sejam consultados diretamente. Ele argumentou que a agricultura é uma das poucas atividades que ainda funcionam de forma sólida na UE e alertou que o Acordo poderia comprometer a segurança alimentar em tempos de crise. **Ele defendeu o protecionismo como uma ferramenta legítima diante do comércio global cada vez mais incerto.**
80. Dos Verdes, a eurodeputada Saskia BRICMONT (Bélgica), do Grupo Verdes/Aliança Livre Europeia, argumentou que o tratado não atende aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e alertou sobre os riscos que ele representa para as comunidades indígenas e o meio ambiente. **Ela pediu uma nova forma de parceria baseada em bens públicos globais, em vez de competir pelo acesso a matérias-primas essenciais sem salvaguardas suficientes.**





CONGRESSO NACIONAL
GABINETE DEPUTADO
Deputado Arlindo Chinaglia PT/SP

81. O eurodeputado Lukas SIEPER (Alemanha), que faz parte do **não-vinculado (NI)** No Parlamento Europeu — ou seja, ele não pertence atualmente a nenhum grupo político importante em Estrasburgo —, em um discurso que refletiu o espírito geracional dos novos atores políticos, ele defendeu um acordo que não fosse estático, mas sim evolutivo. Afirmou acreditar no comércio justo, mas apenas se este estiver subordinado a critérios de sustentabilidade e de justiça intergeracional.
82. Do Parlamento do Mercosul, o apoio político ao Acordo foi amplo, embora não isento de reivindicações específicas. Nicolás VIEIRA (Uruguai) elogiou o caráter diplomático do momento, observando que, após 25 anos de negociações, o Mercosul chegou a esta fase em pé de igualdade e com uma visão pacifista e multilateral. Ele enfatizou que o bloco defende uma produção agrícola rastreável e de baixo impacto ambiental e defendeu o reconhecimento da soberania da região em seus processos de desenvolvimento.
83. Nelsinho TRAD (Brasil) argumentou que o Acordo fortalecerá a industrialização e a integração do Mercosul às cadeias de valor europeias, atraindo investimentos e expandindo mercados estrategicamente. Ele o descreveu como uma defesa contra o protecionismo dos EUA.
84. Lilia PUIG (Argentina) elogiou os padrões ambientais da produção argentina, referindo-se às baixas emissões de milho e trigo e às recentes exportações de soja sem desmatamento. Ela afirmou que os países do Mercosul já cumprem os padrões europeus e que o Acordo deve ser visto como um passo em direção à consolidação de um novo equilíbrio global.
85. Cecília NICOLINI (Argentina) **exigiu maior acesso ao texto integral do Acordo** e alertou sobre o fardo desproporcional que as demandas ambientais podem representar para os países do Sul Global. Ele pediu a discussão de um plano de financiamento climático e compensação estrutural.
86. Daniel CAGGIANI (Uruguai) insistiu que o Mercosul está pronto para caminhar para a ratificação, lembrando que o Acordo não representa uma liberalização irrestrita, mas sim um comércio regulado, com prazos, cotas e cláusulas de revisão.
87. Fabiana MARTÍN (Argentina) afirmou que muitas das reivindicações de longa data foram incorporadas ao texto final — como as cláusulas ambientais, de gênero, trabalhistas e de participação sindical — e pediu o fortalecimento da educação pública sobre o Acordo.
88. Na segunda parte do encontro, foi abordado o problema da pobreza, em particular a pobreza infantil, uma questão que vem atraindo cada vez mais atenção tanto na América do Sul quanto na Europa.
89. O deputado Franco METAZA (Argentina) destacou a necessidade de que o Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul seja baseado em valores compartilhados em relação à pobreza estrutural e à vulnerabilidade infantil, e enfatizou a importância de se colocar a defesa da democracia como prioridade na agenda comum.
90. Por sua vez, Gerardo SOTELO (Uruguai) enfatizou o valor dos mecanismos institucionais conjuntos como ferramentas de controle democrático e cooperação efetiva, defendendo o fortalecimento dos intercâmbios formais, auditados e supervisionados pelos parlamentos e governos de ambos os blocos.
91. A reunião foi encerrada com uma segunda intervenção do representante da Comissão Europeia, que reafirmou que o Acordo não implica uma desregulamentação de normas e que os Estados-Membros da UE continuarão a aplicar as suas próprias regulamentações internas. Esclareceu que existem salvaguardas para setores sensíveis e que o cenário de "dumping regulatório" temido por alguns não se repetirá. Insistiu que a experiência do Acordo com o





Canadá demonstra que, mesmo com as preferências tarifárias, muitos produtos estrangeiros não conseguem entrar no mercado europeu por não cumprirem os padrões de qualidade exigidos. Confirmou também que os requisitos relativos a pesticidas e bem-estar animal serão reforçados no futuro. Em relação ao eventual protocolo interpretativo acordado pelos presidentes Macron e Lula, afirmou que qualquer instrumento adicional deve estar alinhado com o quadro jurídico estabelecido e não pode modificar o conteúdo substantivo do tratado.

92. **Em suma, a sessão deixou claro que o Acordo está em fase final, mas ainda enfrenta obstáculos políticos, institucionais e de comunicação.** Enquanto para alguns constitui um compromisso estratégico em um mundo incerto, para outros é um risco inaceitável para os setores produtivos, a justiça climática e a soberania regulatória. **Nesse contexto, a diplomacia parlamentar se consolida como um espaço indispensável para construir confiança, ajustar expectativas e democratizar os processos de integração inter-regional.**

3. CONCLUSÕES

93. A missão a Estrasburgo, realizada pelo Conselho Executivo e pela Comissão Temporária de Acompanhamento do Acordo Mercosul-União Europeia, consolidou o compromisso institucional do Parlamento do Mercosul com o diálogo interparlamentar e o acompanhamento estratégico do Acordo de Associação Birregional. Os principais objetivos da missão foram: (1) conhecer em primeira mão o estado atual do processo de aprovação do acordo no Parlamento Europeu; e (2) fortalecer os laços de cooperação política entre as duas regiões por meio de uma ampla troca de avaliações, expectativas e preocupações.
94. **As reuniões revelaram que, embora haja apoio significativo ao Acordo dentro do Parlamento Europeu, persistem diferenças substanciais entre os grupos políticos, particularmente no que diz respeito aos impactos ambientais, trabalhistas e sociais do tratado.** Grupos como o GUE/NGL, os Verdes/EFA e setores agrícolas da Europa Central e Oriental expressaram reservas fundamentadas quanto à sustentabilidade do modelo de integração proposto. No entanto, os favoráveis ao acordo — em particular o PPE, o S&D e o ECR — valorizaram positivamente os avanços técnicos e defenderam o tratado como uma ferramenta para fortalecer a cooperação estratégica, a previsibilidade regulatória e a governança multilateral.
95. **Em nome da Comissão Europeia, os eurodeputados entrevistados informaram que pretendem submeter o Acordo à aprovação antes de 1º de julho de 2025, o que permitiria a sua assinatura durante o segundo semestre do ano e a sua possível entrada em vigor já em 2026.** Foram destacados como elementos inovadores do tratado a incorporação do Acordo de Paris como cláusula central, a previsão de salvaguardas para produtos sensíveis, a participação da sociedade civil na governança birregional e a possibilidade de aplicar modelos divididos para acelerar a ratificação parcial.
96. **O Parlamento do Mercosul reiterou que o Acordo não deve ser visto como uma panaceia, mas sim como uma plataforma regulatória mínima capaz de canalizar e estabilizar as relações inter-regionais.** Enfatizou-se que seu sucesso dependerá da vontade política das partes, da adoção de mecanismos eficazes de cooperação técnica e da capacidade de implementar políticas internas que corrijam assimetrias e mitiguem impactos negativos. Da mesma forma, foi avaliada positivamente a possibilidade de estabelecer mecanismos periódicos de revisão e monitoramento participativo, o que poderia contribuir para democratizar a implementação do tratado.
97. **A Missão destacou a crescente centralidade do Parlamento Europeu nos debates sobre o futuro do Acordo, bem como a necessidade de consolidar o Parlamento do Mercosul como um parceiro político ativo e legítimo neste processo. Nesse contexto, reafirmou-se**





que a diplomacia parlamentar deve ser uma ferramenta permanente para a construção de consenso político, transparência institucional e coordenação birregional.

4. PROPOSTA DE ACOMPANHAMENTO

98. Como continuação desta Missão, recomenda-se:

1. Estabelecer um calendário permanente de reuniões interparlamentares Mercosul-UE, com periodicidade anual e sede rotativa.
2. Promover a formação e implementação da Comissão Parlamentar Mista prevista no Acordo, com vistas a iniciar suas operações antes mesmo da entrada formal em vigor do tratado.
3. Promover a assinatura de um Memorando de Entendimento entre o Parlamento do Mercosul e o Parlamento Europeu que define mecanismos de cooperação técnica, desenvolvimento legislativo e produção conjunta de relatórios.
4. Promover uma estratégia de comunicação compartilhada para divulgar o conteúdo do Acordo, seus mecanismos de implementação e as garantias oferecidas, especialmente entre os setores sociais, sindicais e produtivos mais sensíveis.
5. Recomendar aos Estados-membros do Mercosul que, uma vez assinado o tratado, estabeleçam mecanismos nacionais de monitoramento participativo, com a participação do parlamento, da sociedade civil e dos setores produtivos.

99. Essas medidas não apenas fornecerão apoio institucional ao processo de ratificação, mas também garantirão que sua implementação seja transparente, justa e responsável.

